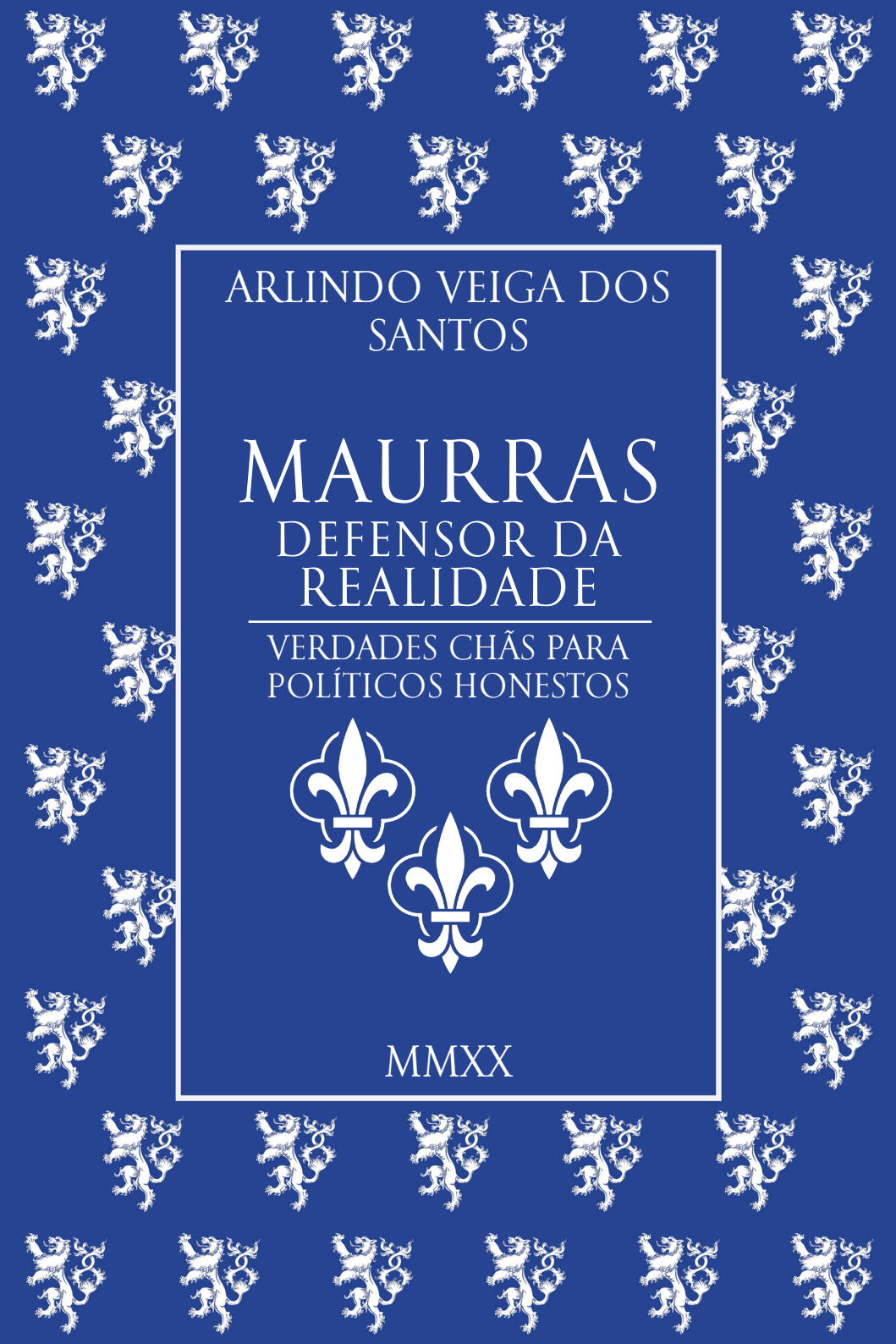




ARLINDO VEIGA DOS
SANTOS

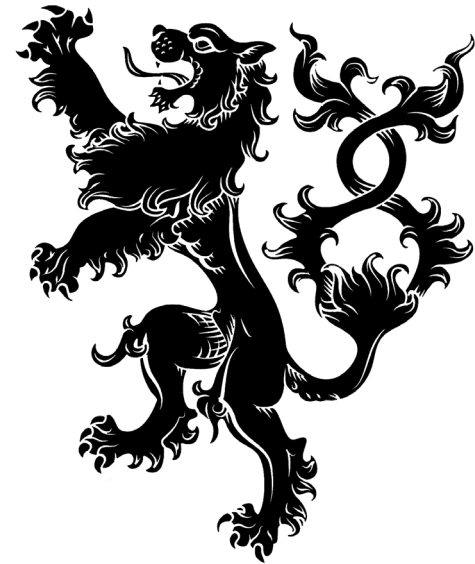
MAURRAS
DEFENSOR DA
REALIDADE

VERDADES CHÃS PARA
POLÍTICOS HONESTOS



MMXX

AÇÃO ORLEANISTA



MMXX

MAURRAS

DEFENSOR DA REALIDADE

VERDADES CHÃS PARA
POLÍTICOS HONESTOS

ESCRITO POR
ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

*re-edição da versão original
de 1953*

EDITADO E DISPONIBILIZADO
PELA AÇÃO ORLEANISTA

SUMÁRIO

NOTA DO REVISOR.....	09
CAPÍTULO I	
O DOM ORGANIZATIVO E A REALEZA.....	11
Capítulo 1.1 - Descentralização e Democracia.....	14
Capítulo 1.2 - A organização alemã – Lição a aprender.....	17
Capítulo 1.3 - Autoridades e liberdades.....	21
CAPÍTULO II	
O NÚMERO NA POLÍTICA.....	27
Capítulo 2.1 - Necessidade da Monarquia.....	32
Capítulo 2.2 - Lição dos fatos.....	35
Capítulo 2.3 - Fidelidade às velhas ideias.....	39
APÊNDICE – PROGRAMA PATRIANOVISTA DE 1928.....	41

NOTA DO REVISOR

Ciente das dúvidas que possam surgir quanto a esta edição do livro de Arlindo, gostaria de sanar algumas delas. Primeiramente, as páginas 7 e 8 da obra original, correspondentes à Introdução, não foram encontradas pela Ação Orleanista em nenhum documento disponível nas redes. Assim sendo, infelizmente, tivemos de publicar esta obra sem a referida parte. Além disso, de modo a manter ao máximo o significado e estruturas originais do livro, optamos por não modificar as frases que, para muitos, podem soar confusas, tal como a primeira frase do Capítulo I – O Dom Organizativo e a Realeza. Limitamo-nos, pois, a adequar as palavras ao português atual, à exceção das citações.

A. R. Canopus.

CAPÍTULO I

O DOM ORGANIZATIVO E A REALEZA

Nesse livro objetivo e criterioso, em que Jacques Bainville estuda as tomentosas relações entre o povo francês e o alemão, “*Histoire de deux peuples*”, breviário que houvera de ser dos políticos gauleses¹ que desejem realmente resolver o crucial problema fora do primarismo de diplomatas de última hora sem lastro nacional-tradicional, leem-se estas verdades lapidares:

*“A anarquia alemã dos tempos passados forma contraste completo com a organização, a disciplina em que se creu reconhecer hoje em dia a faculdade mestra dos alemães. Pode-se duvidar das conclusões da ‘psicologia dos povos’ ao se verem tais metamorfoses nos caracteres nacionais. Tais metamorfoses não se explicam **SENÃO PELA INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES**. Estão na dependência estrita da política: até o sucesso dos Hohenzollerns², a história da Alemanha foi a de uma longa luta entre o princípio de autoridade e o individualismo, entre a Monarquia e o espírito republicano”.*

Temos, pois, segundo o testemunho de Bainville, que não é qualidade inata alemã o ser organizado, que, se o fora, também o teria sido nos tempos mais antigos da sua civilização. É sim virtude do regime que passaram a adotar após séculos de vida anarquizada. Estudando, aliás, esse aspecto da vida alemã, o mesmo diz Jacques Droz, na “*Histoire d’Allemagne*”:

“Como foi que a Alemanha, país dividido, incapaz durante tantos séculos de realizar a sua unidade, abandonado a um particularismo inveterado, pôde tornar-se no decurso do século 19 essa poderosa nação que por duas vezes tentou sujeitar o universo ao seu sonho de hegemonia mundial — tal é o problema que este livrinho tenta esclarecer”.

Daí passa a demonstrar a obra ordenadora da Monarquia, dos reis, principalmente a partir de Frederico Guilherme (*Friedrich Wilhelm*). Nada de qualidade especial, nada de dom congênito dos alemães! O que deu organização à Alemanha foi a sua “forma” governa-

mental adotada a partir do século passado. Enquanto houve reis eletivos³, isto é — monocratas e não monarcas, enquanto a coisa pública dependeu do jogo partidário, falharam todas as tentativas de organizar qualquer coisa de sério. Desordem interna, exacerbação de apetites suspeitos, interferência estrangeira nesse jogo por meio do dinheiro e dos negócios, etc., etc., — tudo isso impedia o aparecimento da grande Alemanha. Negociatas, traições, saque, pobreza, miséria, foram até aí o quinhão abjeto do imenso povo (nem nação podia chamar-se). Depois, surgiu a Monarquia hereditária. Cessara a eleição do chefe. Mudaram-se as coisas. Em verdade o mesmo se dera noutros países como a Holanda, a França capetíngia⁴, etc., e o próprio Brasil ao depois da “república” regencial que nos torturou de 1831 a 1840 forçando o apelo ao Imperador menino, Dom Pedro II.

1.1 Descentralização e Democracia

“E’ a necessidade da descentralização administrativa a primeira das estacas fincada por Maurras, diz Leão Daudet, com a demonstração, jamais refutada, de que só a Monarquia — não repousando no poder electivo — poderá operar eessa reforma indispensável” (Vers le Roi).⁵

Ora, não é exclusivamente à França que interessa tal axioma político nem só francesa é a doutrina, pois igualmente vigora nos outros doutrinamentos antiliberais e de realza existentes pelo mundo, máxime⁶ no Ocidente. Mas, uma vez que, com o nome de francesa (provinha da revolução dita francesa) é que tem prestígio entre nós a mentirosa doutrina oposta, não é demais aprendamos a boa lição da pena de um mestre francês que dialeticamente rejeita a falsa teoria atribuída aos seus patrícios.

E tanto mais grato nos será, quanto padecemos do mesmo mal da França republicana desorganizada, sendo do conhecimento de todos

os estudiosos que o centro do pensamento político de um dos nossos maiores teóricos, Alberto Tôrres, era a organização nacional, o que nunca pôde ser feito, nem poderá nunca, enquanto vegetarmos com regime emprestado e imprestável. Passemos, porém, aos preciosos textos maurrasianos, que já é tempo.

* * *

Na França, como aqui *mutatis mutandis*⁷, há o costume de insultar o povo francês quando as “instituições” (republicanas, é claro!) não funcionam. A um dos detratores se refere o chefe realista:

“Lembram-se dos ares derretidos e compenetrados, suspirosos e tartufos, do pobre do Gustavo Hervé, dos olhos resignados que alçava aos astros para exprimir a sua opinião sobre o ‘espírito organizador’ ou ‘o gênio de organização’ natural e inato à raça boche⁸. Quando o papalvo dissera organização, percebia-se que dissera tudo... Temos um regimen político e social desorganizado e sobretudo desorganizador. Essas são as constatações de facto assás claras, assás graves para explicar haja tantas dificuldades para criar na França essa combinação de movimento e ordem que corresponde à ideia de organização. O nosso movimento é desordenado, a nossa ordem amiúde inerte, sabemos. Mas por quê? Sabemos também... De às administrações uma direcção continua no tempo e coerente no espaço, um chefe soberano não colectivo (e por isso impessoal), mas único e por isso dotado uma consciência, uma memória, uma vontade, uma responsabilidade, e vocês porão fim a essa ‘Cracia’ do ‘Burô’ que existe porque democraticamente nada existe nem pode existir acima dela — a essa soberania cega das Administrações incontrastadas que tudo dominam e têm de dominar tudo, a não ser que tudo cedam a uma horrorosa desordem em que os mais belos e úteis movimentos

não tardariam a aniquilarem-se uns pelos outros”.
“Façam um chefe, façam um rei, e vocês resolverão a antinomia”. É esse o meio, e é o único”.

* * *

Em todos os domínios se confirma a doutrina.

Por que seria que, em plena guerra de 1914, fracassava a aviação francesa, sem motivo plausível?

“O nosso atraso no domínio militar do céu veio do general Brun, creatura política, contra o qual, de acordo com o Temps, de acôrdo com o senador Reymond¹⁰ tombado no campo de honra, a Action Française protestou desde os primeiros meses de 1910. Como foram empregados os cinco anos decorridos depois? Di-lo-emos mais tarde”.

Deitando sabença, sentenciava aereamente um jornaleco antirrealista (nos dois sentidos): *“O interêsse nacional dos povos está dum lado, os interêsses familiares dos seus reis está do outro”.* Responde Maurras:

“Diz bem o Radical: — Se a Bulgária fôsse república, ou a Grécia! ... Aí ainda ressalta a grande ilusão democrática. Em monarquia, êsses povos têm pelo menos bons exércitos, sólidos instrumentos de defesa e de acção nacional. Em democracia, Viena e Berlim lhes teriam metido um bom caso Dreyfus e um clã de ya que lhes haveriam demolido o exército por quinze anos, arruinado os serviços de informações e pago umas dezenas de línguas de ouro que teriam acabado de estragar a coisa pública! O Radical não se esqueceu talvez da história da República da Polónia e das duas dietas onde os deputados olhavam, antes de votar, para a tribuna dos embaixadores estrangeiros. Se esqueceu, pergunte a Deschanel ou a Jacques Bainville como, na antiga Alemanha, aquela ‘República de

príncipes’, o rei da França industriava a imposição da sua vontade, sem recurso ao argumento do canhão”.

“— Mas, diz o Radical, ‘não há um francês, quê direi, não há um homem civilizado no planeta, que não compreenda que, se a Alemanha e a Áustria tivessem sido repúblicas, nunca se daria a actual guerra. Esta guerra monstruosa traz a marca do Imperialismo”.

“Afirmção impetuosa e peremptória, mas irreflectida. Como se não houvera imperialismo republicano e democrático! Como se a América não vivesse em república, há dezessete anos, ao fazer a guerra de Cuba! Como se a mais sangrenta das guerras do século 19 não fôsse a guerra de Secessão, que se fizeram dois grupos de repúblicas, os Estados do Norte e os Estados do Sul, na mesma América”.

“Não era mister usar de tal processo de burrificar os franceses para salvar o regimen republicano das evidentes lições dadas pela guerra!”

1.2 A organização alemã – Lição a aprender

Mas qual! Por toda parte, possuem dura cerviz os corifeus¹¹ republicanos. Não se rendem à evidência dos fatos. Pretendem estar sempre de acordo com a realidade, e lhe não aprendem as lições. Sai-se com esta a *République française*, resumindo a resposta de Eduardo Herriot a um inquérito da *Opinion* sobre a organização na Alemanha:

“A Alemanha parece a Herriot como ‘uma cadeia’¹² forjada pelo ferro e fogo, ‘uma cadeia formada pela comunidade do parlamento, do Govêrno e da Legislação’. Está claro? — Nada mais”.

Retruca-lhe Maurras:

“Nunca são totalmente claras as imagens, mas esta é

justa. Quer Herriot dizer que há continuidade, acôrdo, enca-deamento entre êsses três elementos da política alemã. Entre nós, os elementos correspondentes estão em antagonismo, em estado de interrupção e de cisma constante, e isso não por acidente, mas em nome da lei e da Constituição, pelo espírito duma constituição fundada na eleição e na opinião. Entre nós, o que é princípio é o partido: partição, divisão, predomi-nância da parte sôbre o todo. Entre êles, é a nação, isto é o todo que predomina sôbre a parte: lá se encadeia, e aqui se divide. Divide-se por meio das vontades contadas e dos votos diversos. Encadeia-se por meio da tradição e razão. Eis aí a imagem de Herriot restituída ao seu lugar na ordem abstracta, por meio de explicações que me parecem claras”.

“Devolvo a palavra a Latapie¹³ e ao autor por êle cita-do: O segredo da organização superior da Alemanha seria a forte armadura da autoridade imperial, seria a forma política da Alemanha, o Império em suma”.

“A isso não chega Herriot por quatro caminhos. ‘A guer-ra de 1914, escreve ele, marcou o triunfo novo do Imperador, rei da Prússia, e dos seus secretariados. Em algumas horas, a máquina alemã esmagou tudo. É admirável essa máquina!’”

“Mas, se isso é verdade, quê concluir? Não ousamos aqui tirar as consequências dessas declarações. O subtil Maur-ras se encarregará disso, sem dúvida, na Action Française”.

Apanha Maurras serenamente a deixa do republicano tímido:

*“Sem a mínima subtilidade, estão tiradas há muito essas con-clusões. Mas, eu parece-me ser incompleto Herriot, pelo menos na passagem extraída por Latapie. Não se vê aí bastante o ou-tro elemento da prosperidade alemã que é, sem embargo duma centralização imperial apenas começada, **UMA AUTONO-MIA LOCAL E PROFISSIONAL INTENSA, UMA LIBER-DADE MUNICIPAL DE QUE NÃO TEMOS MAIS IDÉIA,***

A POSSANÇA DA VIDA CORPORATIVA CONCILIADA COM UMA EXTREMA AUTORIDADE DO ESTADO”.

Aí expõe o Mestre Monárquico o núcleo central da doutrina: Concentração e Descentralização do poder, levada em conta também a função dos grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado, sem as ciúmeiras idiotas e elefantíase da democracia macrocéfala. Sem isso, não haveria possibilidade de organização. E não há concentração fe-cunda, nem descentralização possível sem supremo poder hereditário, contínuo, estável, responsável e pessoal: Rei. Isso tudo a Alemanha possuía.

Nada de particularmente “organizado” na mente privilegiada de raça nenhuma. **A CAUSA É POLÍTICA**, tanto da organização como da desorganização. Poder hereditário — organização; eletivo — desor-ganização.

“...Separo-me absolutamente de Herriot, prossegue Maurras, em se associando êste a Vitor Cambon para atribuir à Alemanha, contestando-os à França, ‘o ardor no trabalho, a orientação metódica do esforço, o estudo reflectido’. . . , e uma porção doutras boas qualidades inatas, das quais a nossa defe-sa nacional atesta, há quinze meses, que somos superabunda-mente providos. Na bela carta escrita na ante-véspera da sua morte, protestava Leão Montesquiou conta êsses devaneios”.

A esta altura cita em nota as palavras de Montesquiou em carta a ele enviada da frente de batalha a 24/9/1915:

“O germânico é capaz de organização, porque tem um crâneo feito de tal maneira; o francês, o coitado do francês, e incapaz dela!!! Explicação metafísica, como diria A. Comte, cômoda para aqueles que têm interesse em ocultar as faltas cometidas desde há quarenta anos, a ausência de govêrno, e por conseguinte de ordem e previdência”.

“Que lição política o que vejo há dias!”

“Bastou que as circunstâncias impusessem à França

uma ditadura de salvação pública para que ela reouvesse o gênio de organização do qual a declararam despida, e para que, com um trabalho silencioso e por nós despercebido, enquanto mofávamos nas trincheiras, preparasse ela metódicamente a libertação do território. Pois não é nada menos do que isso a minha esperança ante o que vejo”.

Não se enganaria o vigoroso missivista, ativíssimo colaborador de Maurras no movimento realista. Realmente a França haveria de libertar-se, mas não com processos democráticos... Continuando, ainda, as suas considerações.

*“Os seus processos, frisa Maurras, são os nossos, e com Latapie dizemos da França: Dá ela um exemplo pasmoso das suas faculdades de criação e organização. Mais que nenhuma outra nação do mundo, é capaz de casar a teoria com a prática, como diz Herriot, de analisar, especializar, inventar, desenvolver. O industrial francês, com a sua competência, inteligência e iniciativa, afronta qualquer comparação. Quê lhe há faltado para opor-se ao transbordamento da concorrência alemã? **TEM-LHE FALTADO UM BOM GOVÊRNO.** Em vez de protegido, tem sido burlado: tem sido tratado como inimigo... Não passou mês nestes quarenta anos (de república) sem que uma lei, um decreto, uma providência administrativa viesse mudar o estatuto económico e social sempre no mesmo sentido de suspeição e hostilidade a respeito do ‘Patrão’”.*

“Unicamente aplicados a lisonjear a massa operária que faz o número e as maiorias, os políticos organizaram a ruína”.

“Foram necessárias engenhosidade, tenacidade da parte dos nossos industriais, para sustentar o seu papel e o seu renome em face de uma nação onde tudo era sacrificado ao sucesso dos seus concorrentes”.

Não estaria o leitor malicioso aplicando “el cuento” a um outro país republicano que bem conhecemos? Toda semelhança é mera coinci-

dência. Mas nós brasileiros (e os nossos antepassados nacionais, os portugueses) somos igualmente vítimas da baleia de “carentes de tino organizador”. Não obstante, basta conhecer a empresa das navegações e conquistas, a obra da formação do Brasil, o monumento do Conselho Ultramarino, e tudo quanto portugueses e brasileiros fizeram em setecentos anos sob Reis e Imperadores e o que ainda fazemos, como o francês, apesar da república, para transformar a falsa opinião de qualquer tolo...

1.3 Autoridades e liberdades

Levado do interesse inegável da questão, o nosso pensador devolve a palavra a Latapie:

“Essas instituições (industriais) não puderam fundar-se senão sob a égide de uma legislação favorável, durável e sob a protecção dum governo enérgico a lhes garantir a ordem e a segurança. Os capitais franceses abstiveram-se de sustentar a indústria francesa porque não achavam segurança nela; preferiam efetivamente, como o verifica Herriot, confiar em empresas estrangeiras onde se sentiam melhor protegidos”.

“O GRANDE MAL FRANCÊS É A POLÍTICA”.

“Impossível dizer melhor, comenta Maurras. Cumpre, todavia, completar e, após encarar o ponto de vista do patrão, visionar a questão do lado operário. Pois bem! Do lado operário, o déficit é o mesmo. O operário alemão é mais bem-dotado pelo Estado do que o operário francês. Júlio Guesde e o velho Bebel estavam de acôrdo, em 1904, no congresso de Amesterdão (Amsterdã), para constatar que os Hohenzollerns eram mais generosos do que a República e, quando Jaurès respondia que o eram por motivo mau, dava mais uma vez a prova do seu quimerismo: bem ou mal-intencionado, o imperador e rei

resolvia uma parte das questões obreiras num sentido de paz social; delas não tirava a nossa democracia senão a guerra social e as pragas económicas enumeradas por Herriot, Latapie e Vitor Cambon”.

“A conclusão é, portanto, que o inimigo do operário é — não, como o creem os socialistas, o patrão — não, como diz Latapie, homem de partido, a Herriot, o homem do outro partido: Não há culpado senão um partido; o vosso partido, — mas certa e unicamente, e sem subtileza, **O REGIMEN DOS PARTIDOS, DE TODOS OS PARTIDOS, O REGIMEN ELETIVO, A DEMOCRACIA MESMA**”.

* * *

Precisa-se, pois, de **UM BOM GOVERNO**. Mas como? Indique-o o próprio Maurras.

“Quando Latapie, depois de Herriot, deplora a ausência dum regimen no qual a França teria podido ‘desenvolver os seus dons naturais’, tem razão no deplorar, mas está errado em apelar, como Herriot, para um ‘regimen de autoridade liberal’, quer dizer um regimen de círculo quadrado. A autoridade-princípio não se concilia com a liberdade-princípio. Importa escolher um ou outro, e aquêle que não foi escolhido rejeita-se. Quem diz liberdade primeiramente diz discussão primeiramente; não há salvação pública que o detenha; empenha-se em quebrar tudo, e tudo quebra enquanto não fica senhor de tudo (ver Clemenceau¹² oposicionista). E, tornado senhor, contribui ainda para quebrar tudo pela força do seu princípio aumentado das facilidades do poder (ver Clemenceau governante)”.

Se assim é, em que vamos ficar afinal de contas? Ora:

“O conciliável é **A AUTORIDADE INTEIRA E AS**

LIBERDADES DEFINIDAS: liberdades que se não exercem na ordem do Estado nem no plano do Estado, liberdades locais, liberdades profissionais, liberdades religiosas, liberdades universitárias, mui vastas, mas que não hajam de usurpar o domínio superior do Estado, o qual deve comandar também, na sua ordem, e, nessa mesma ordem, ser obedecido. Não se observando este último dever, quê sucede? Sucedem tôdas as desgraças, sucedem tôdas as misérias contadas por Herriot, Latapie e Cambon, tôda a minúcia dos pequenos e grandes males correntes, ao longo dos nossos quarenta e cinco anos de paz com o séquito de decadência económica, negligência social, incúria marítima e militar (Até parece falar do Brasil republicano!), pois o Estado, ao invés de ser unido, é dividido e disputado pelos partidos cujo ofício é isso mesmo. Produza-se, entretanto, um alerta, haja de tomar-se uma grande decisão, ponha-se o caso de paz e de guerra, esse caso realengo, esse caso régio escapa por sua natureza, por sua necessidade, aos partidos que se acreditam soberanos, as nações não são consultadas, nem as Câmaras, e, segundo a bela e justa observação de Jacques Bainville, tudo se passa como tudo deve passar-se, o destino dos Estados em países de democracia é regido por um pequeníssimo número de pessoas absolutamente como se vivêramos sob o império do Conselho privado de Sua Majestade Cristianíssima ou do Conselho dos Dez”.

“Noutros termos, temos o inconveniente da autocracia, mas não lhe temos a vantagem, que é a autoridade estável e os seus longos desígnios. A situação, portanto, apela para a volta. A Nossa organização local, religiosa, económica, universitária, é estritamente autoritária e unificada até à tirania; levemos a essa periferia tôdas as liberdades convenientes. **MONARQUIZEMOS** o Estado, **REPUBLICANIZEMOS** todo o resto”.

*“Foi aliás mil vêzes demonstrado não ser possível em regime electivo nem um nem outro dêsses dois movimentos, complementares um do outro: descentralização nas extremidades, unificação no centro. É necessária a **REALEZA**, não a realeza vitalícia dum ditador, mas a eterna, a que arranca da discussão, das competições, do sufrágio a escolha do sucessor, e transmite a propriedade do comando como as outras propriedades, pela hereditariedade, pelo sangue. Nada mais simples e nada mais perfeito”.*

* * *

Em lendo isso, percebe-se a verdade daquela afirmação de Bernad Grasset, ao prefaciар a obra maurrasiana *“La dentelle du rempart”* (Edition Bernad Grasse, Paris, 1937):

“Charles Maurras, de quem os beócios de hoje fazem símbolo da tirania, é o homem mais apaixonado pela liberdade que existe. Ninguém soube falar melhor que êle dos contrapostos necessários à autoridade, até mesmo régia, da força dos estabelecimentos com que o poder absoluto deve contar, de tudo quanto fazia ao mesmo tempo o equilíbrio e a felicidade da França dos reis. Outrossim nunca escreve no sentido político ‘a liberdade’. Nesta ordem, é a liberdade um absoluto que pode sem dúvida servir para sublevar massas, para destruir, mas não corresponde a patavina de real, a nada de construído. Maurras escreve sempre: ‘as liberdades’, que são compostos, acomodamentos, dos direitos que fazem estado de outros direitos e que, por êsse facto, são limitados. A Palavra ‘liberdade’, escreve-a somente para o homem (individual), sabendo entretanto que o homem é toda dependência, mas há certa maneira de se acomodarem dependências naturais e repelir as outras, maneira essa que permite a certos o declararem-se livres”.

NOTAS E OBSERVAÇÕES:

¹ Sinônimo de “franceses”.

² Relativo à instauração do Império Alemão pelos Hohenzollern em 1871.

³ Na época do Sacro Império Romano, os Sacro-Imperadores eram, em vez de coroados por sucessão hereditária, eleitos por uma espécie de parlamento – o Reichstag.

⁴ Relativo à dinastia de Hugo Capeto, que governou a França por três séculos.

⁵ Quanto ao “E”, lê-se “É”

⁶ Sinônimo de “principalmente”.

⁷ Expressão latina que significa “mudando o que deve ser mudado”, isto é, “com as devidas modificações”.

⁸ “Boche” é um termo pejorativo para referir-se aos alemães.

⁹ Conflito, dualidade, dissonância.

¹⁰ Referente a Raymond Poincaré, político francês que serviu como 10º Presidente da França de 1913 a 1920.

¹¹ Corifeu significa “topo da cabeça”, isto é, os defensores principais de uma ideia ou ideologia.

¹² Não se diz aqui “cadeia” no sentido de “prisão”.

¹³ Referente a Eugenio Vegas Latapie, escritor e ativista monarquista espanhol.

CAPÍTULO II

O NÚMERO NA POLÍTICA

Tomaram-se ao livro da guerra, “*Les conditions de la victoire*” (Nouvelle Librairie Nationale, Paris 1916), todas as citações acima, excluía essa última. Antes de retornarmos a tão precioso documento, manuseemos outros. Têm a república e todos os democratas a superstição nascida de “povo igual a soma de indivíduos”, asneira totalmente fora da realidade. Leiamos:

“Cumpre excluir o princípio do govêrno do número, por ser absurdo na origem, incompetente no exercício, pernicioso nos efeitos”.

“... O amor e o respeito permitem-nos propor ao povo, quer dizer ao conjunto dos cidadãos ORGANIZADOS, a gestão dos interêsses em que êle é competente, os seus interêsses locais e profissionais. Obriga-nos o mesmo sentimento a recusar-lhe a gestão dos interêsses gerais da nação, digo da nação francêsá, porquanto êsses interesses são por demais complexos para serem iguais e claramente sensíveis ao pensamento de todos”.

“Considerada de facto, a democracia é o mal, a democracia é a morte. O govêrno do número tende à desorganização do país. Destrói por necessidade tudo que tempera, tudo que difere dêle: religião, família, tradições, classes, organizações de todo gênero. Tôda democracia isola e estiola o indivíduo, desenvolve o Estado além da esfera onde o Estado devia ser rei, tira-lhe a elasticidade, a energia, até mesmo a existência. Verifica-se por tôda parte onde o êrro democrático afetou as instituições e as leis a bela palavra de Anatole France: ‘Não temos mais Estado, só temos administrações’. É facto que a democracia corrompe tudo. Dizemo-lo ao povo, porque assim é. ... Eis aí por quê tomamos o povo como testemunha da vivacidade do nosso ódio à democracia e a êsse princípio, absolutamente falso, da soberania do Número. Está em causa a nossa honra, ao mesmo tempo que a segurança francêsá e

todos outros bens públicos” (La dentelle du rempart).

Confirma-se tudo isso em nossa Tradição comum luso-brasileira, ou melhor, lusíada. Daí o dizer o tremendo José Agostinho de Macedo:

“Em nome da Nação se cometem todos os atentados pela mesma Nação, e fica escrava dos facciosos, a mesma que se acredita Soberana no Trono” (O Desengano).

E Gama e Castro:

“Uma única reflexão bastará, por agora, fazer sobre o assunto, e é esta: Que toda a nação que, tendo importantes relações exteriores que administrar, e muito especialmente com vizinhos poderosos, não obstante isto se organizar debaixo de forma democrática, pode contar com a perda infalível da sua independência, ou, por outras palavras, da sua existência como nação” (O Novo Príncipe).

“Que as leis se afirmam pelos princípios eternos do bom e do justo, e não perguntarei se estão acordes, ou não, com a vontade das maiorias ignaras” (Alexandre Herculano Cartas).

Mais perto de nós:

“A democracia é como Babel: é uma torre destinada à escalada do céu, mas que fica em meio pela confusão que se estabelece entre os seus operários. A liberdade excessiva degenera em licença. E a licença reclama a repressão. Quando a democracia amadurece, o fruto se desfaz, e surge, com tirania, a semente do fruto novo” (Humberto de Campos, “A falência da democracia”, Diário de S. Paulo, 11/4/1933).

“A democracia, que a distância parece um monumento, é, de perto, um frágil barracão imenso feito de sarrafo e besuntado de vermelho. Dentro alguns palhaços ganham a vida, e o povo aplaude a pantomima, faminto e encantado. Qualquer dia o barracão pega fogo” (Idem, Diário Secreto, 29/9/1929).

“Ah! Isso (conspiração) nunca deixará de existir, en-

quanto a política brasileira fôr feita em torno de pessoas e movida pela ambição do poder e pelas paixões partidárias” (Flores da Cunha, Entrevista, DsSP, 15/1/1935).

“Êsse espírito sectarista (liberal democrático) deve ser combatido e destruído seja como fôr, pois ele é a causa principal e eficiente dos erros e aberrações verificados nos 40 anos de regime republicano” (General Gois Monteiro, Entrevista, Correio do Ceará, 16/9/1933).

“Tudo quanto houve e possa ainda haver de pernicioso no Brasil, deve ser levado à conta da democracia liberal... Esse é o nosso pecado original, causa de todos os males” (Idem, DdSP, 22/12/34).

Depois da vaga de estupidez que a passada guerra (II) acarretou em todo o mundo, compreende-se que muita gente boa, por timidez ou medo aos fanáticos ou “interesseiros”, não afirme essa verdade hoje. Mas continua sendo verdade...

Voltando, contudo, a Maurras. Não seria, no entanto, possível, ilustre mestre, escaparmos a esses tentáculos polvinos e tirânicos da democracia?

“Tanto como as mais ciências de observação, a Política tirada da História Crítica toma nota de semelhantes retornos dos fenómenos para deles deduzir com certeza as suas leis; assim, aparecido o termo Democracia, a história universal vê acorrer o termo Centralização. E’ o facto, é a lei. Mas a causa? Pois bem! Vê-a, sabe-a, di-la a Política. Diz o que dá razão do acasalamento centralização-democracia, obstinadamente ligado no decurso das coisas: profunda e íntima experiência mostrou-lhe, no mais secreto do coração humano, o como a reacção das paixões e interesses num partido governante, onde quer que esteja, qualquer que seja, contanto que ele queira ser reeleito, obriga um Estado electivo e democrata a vigiar, renovar, fortificar incessantemente a adesão dos seus

eleitores, portanto a reter com uma rede estreita, cada vez mais centralizada, funcionários ou sicofantas. Destarte, traz a psicologia do homem uma explicação do que escapa à sonda e à retorta: está produzida a geratriz”.

Segue-se, conseqüentemente, por modo lógico, a mastodôntica e voracíssima burocracia de funcionários com o conseqüentário da miserável tirania fiscal que emperra a vida nacional sob todos os prismas e lhe devora calamitosamente todas as receitas.

Depois de tudo isso... “*O francês, o brasileiro etc., etc., são incapazes de ‘organização’*”... doutoram os partidários da “realidade no mundo da lua”. No Brasil, pensam resolver a gravidade da doença com “federações”! Charlatanice.

2.1 Necessidade da Monarquia

Também na obra “*La musique intérieure*”, metade prosa metade poesia, volta à baila a questão especialmente versada por nós.

*“Era-lhes, mais amargo ainda (aos democratas franceses) o terem de engolir certas conseqüências de princípios oficiais quando, por exemplo, os oradores e publicistas anglo-franceses estavam tão bem de acordo para recusar aos seus respectivos países toda a faculdade de ordenar as ideias e disciplinar a vida. Após terem prodigalizado à Alemanha os labéus merecidos, conferiam-lhe com respeito o monopólio histórico e psíquico da “organização”. O que era **SIMPLES EFEITO DA SUA MONARQUIA POLÍTICA E SOCIAL** se imputava ao seu sangue, à sua tradição e à sua nação. Em si tinham os inimigos nossos o gênio da ordem viva: nós nos reconhecíamos meramente capazes de belos reflexos. Muitos combatentes coraram de vergonha. Escreveram-no diversos. Entre os pressentimentos vários que lhe agitavam a alma, o*

nobre e puro Leão de Montesquiou achou tempo de me confiar que indignação lhe causava aquele ultraje feito ao presente tanto como ao passado, pois os preparativos de grande ofensiva tornavam sensível ao mais generoso do seu coração o que pode a nossa pátria para “a organização” do material, das tropas, do comando”. (Já transcrevemos atrás os passos interessantes da carta).

E a mesma revolta e indignação que nos atinge, a nós brasileiros sabedores da nossa História desde Afonso Henrique, a ouvir atribuírem à nossa raça, aos nossos Antepassados, ao nosso povo, as desgraças atuais da Pátria. “*O nosso povo não está preparado para a democracia!*” Sentenciam os sabidos com uma convicção cômica.

Nas “*Reflexions sur la révolution de 1789*”, fulge página áurea sob o título “*A MONARQUIA tipo da organização nacional na França*”:

“Se possui a França um tipo de organização nacional, não possui dois. Todas as vezes que se afasta do tipo monárquico, sagrado e coroado por uma felicidade constante, ela se dá os senhores mais funestos ou se agita em anarquia extraordinária sem poder jamais conseguir uma organização definida. Nesse estado inorgânico, parece espreitá-la inevitavelmente a conquista estrangeira. Sofreu do inglês durante os interregnos de João o Bom e Carlos VI, do Toscano tirante a Corso sob os Napoleões, enfim com a Terceira república o César anônimo que, debandando os exércitos, descobre e fronteira e, penetrando na escola para expulsar dela as velhas tradições religiosas, lhe impôs a sua mentalidade de estrangeiro”.

“E’ quase uma lei histórica. Não dá o solo da França espontâneamente aquela aristocracia nacional, aqueles orgânicos e harmoniosos grupamentos de velhas famílias poderosas que, alhures, fizeram subsistir e prosperar repúblicas. A França precisa duma família dominadora; se há várias, elas brigam, dilaceram-se, enfraquecem-se e se diminuem umas às outras

até ao momento preciso em que a chegada do policial as pôde de acordo. E' esse policial ora um exército estrangeiro, ora o próprio rei, diante do qual explode a profunda incapacidade política daquelas. Os grandes vassalos, os 'cabochiens', os Jacques dos séculos 14 e 15, os feudais reformados do 16, os frondistas principescos ou parlamentares do século 17 tiveram, afinal de contas, de pôr-se à mercê do rei. Os homens da Constituinte ou da Convenção, tendo feito ou deixado falharem tôdas as tentativas reais, tiveram o Império e as suas reais conseqüências de 1814, 1815, 1859, 1866 e 1870".

* * *

O capítulo "*De l'organisation en France et en Allemagne*" (*Les condition de la victoire*) apresenta-nos logo de início um discurso despretensioso, mas denso de verdade política, do general Lyautey, em Casablanca:

"Embora o meu desejo de não falar, não é possível furtar-me ao dever de sancionar com a minha palavra de chefe os elogios que vindes dirigir aos organizadores desta exposição, ao seu comissariado geral, ao sr. Berti que provou, uma vez mais, o quanto pode a unidade de direcção posta ao serviço duma vontade".

*"Quanto aos testemunhos elogiosos que vos dignastes de expressar-me, aceito-os, porque se não dirigem à minha pessoa, mas aos princípios. Se se realizou uma obra útil em Marrocos desde há três anos, não foi por haver à testa o general Lyautey, mas **PORQUE HAVIA UM CHEFE, E UM SÓ, SENDO ÊSSE CHEFE O MESMO HÁ TRÊS ANOS; FOI PORQUE, ASSIM, ESTE PAÍS FOI BENEFICIADO PELA UNIDADE DE VISTAS E A CONTINUIDADE NA ACÇÃO**".*

"Estai certos de que me dei conta melhor do que ninguém dos tacteamentos por que passámos aqui, dos erros ou faltas que a minha administração pôde cometer; mas, reconhecendo-os, esforcei-me e me esforço pelos corrigir e pude haurir da minha experiência todo o proveito. Se diversos tivessem sucedido no mesmo tempo, teriam quiçá corrigido os meus erros, mais haver-lhes-iam acrescentado os dêles".

*"Outro que não o general Lyautey haveria feito tão bem ou melhor aqui, contanto que, como a mim, lhe tivessem deixado **O TEMPO E A AUTORIDADE**".*

*"E pois não é a mim que se endereça a vossa aprovação, mas aos princípios eternos e fecundos: **A CONTINUIDADE, A ESTABILIDADE, A UNIDADE DO COMANDO**".*

"Em tôda parte e sempre, darão os mesmos frutos".

Não há negar aí a simplicidade e exposição magistral de velha verdade política, muito esquecida hoje. Valor do regime. E Maurras, habilmente:

"Por tôda parte e sempre. Eis palavras que conviria fazer meditar à França".

"Certamente, quererá e saberá ela afastar o que há de excessivo nessa altiva modéstia. Inútil é, porém, formarmo-nos em duas facções, uma pela pessoa, outra pela doutrina do general Lyautey. Um zero não seria porcerto aumentado pela autoridade ou a estabilidade da sua função; mas êsses valores políticos profundos são de natureza a multiplicar os menores valores humanos, com mais forte razão as virtudes e os talentos de primeira ordem, como aqui é o caso".

2.2 Lição dos fatos

E não houve mais explicar, visto como falar por si a alocução

do general. Acontece, porém, que o teimoso Latapie continuou provocando Maurras e negando a causa do poderio alemão, atribuída ao regime monárquico nos termos já aqui expostos. E retorna a argumentação maurrasiana.

“Neste tempo, tem Latapie contra si mais ou menos a unanimidade mesma dos republicanos. A organização política alemã é admirada, achada forte, enérgica, eficaz, possante, por antigos subsecretários de Estado da República como por Herriot a quem tanto maltratou, como por Maurício Barrès, cujo nacionalismo confina com o progressismo de Latapie, como pelo livre espírito de Edmundo Barthélemy, tão imparcialmente duro para com todos os elementos democráticos da França, da Inglaterra e Rússia. Latapie dá jeito de ter também contra si o socialismo inglês, representado por Wells, a economia americana, representada por Frânclyn Giddings, o nacionalismo ianque representado por Roosevelt (Teodoro). Dos republicanos da Suíça, os do Journal de Geneve, com Alberto Bonnard, os da Gazette de Lausanne, como o escritor que se assina M.M. convieram em admirar, não sem algum estupor; o monstro de organização política, económica e administrativa realizado pela Alemanha durante a paz e que ela fêz servir com tanta continuidade à guerra. Cita-se um pouco por toda parte o equivalente de palavras escritas ontem ainda por Jorge Batault (à Gazette de Lausanne, sempre), nestes termos: Certo é que os governos dos regimens de democracia política se mostraram, pela força mesma das coisas, notoriamente insuficientes, e que os seus erros foram um perigo para os povos a eles confiados. Ainda se saírem vencedores, o que se afigura certo, a prova da guerra não terá sido favorável aos países democráticos: as suas mentalidades, a sua organização insuficiente, a falta de decisão dos seus governos terão tido por resultado prolongar a guerra e aumentar-lhes os males.

O ideal democrático agiu para fins contrários ao alvo que se propunha. Como se transformará êle? O facto presente dá razão aos desprezadores da democracia. Surpreendidos por uma casta guerreira, os Estados de constituição democrática ou liberal haviam de fatalmente levar a pior nos primeiros recontros; mais, voltados da surpresa, resistem”.

Provocado, volta Jorge Batault à mesma questão, com mais severidade, na “Gazette de Lausanne”. Traça um quadro verídico da funesta agitação reinante no Parlamento francês desde que se reuniu e desse quadro ele mesmo tira, a contrário, esta conclusão, que é a de Maurras: “Êste país salvou-se por si mesmo, sem o concurso do Parlamento”.

E Maurras prossegue:

“Êles (os estados democráticos) resistem e a sua resistência será certamente vitoriosa, mais a que preço, através de que floresta de novos erros? Eis aí o que vêem, o que sentem as populações. Eis aí o seu pensamento íntimo, profundo, cada vez mais nítido. Luís Latapie tem contra si o que a Escola chamava de senso comum: o sentimento generalíssimo da multidão expressa pelos sábios. Assim mesmo poderia êle ter razão. Vejamos com que argumentos”.

Mostra em seguida coincidirem os argumentos de Latapie com o próprio pensar de *Action Française*, de que, embora o Estado Alemão monárquico-hereditário, magnificamente estruturado, lhe dê poder imenso (bem do regime), aos alemães faltam dons para usar convenientemente o poder que o seu regime lhes proporciona, confirmando o “belo diagnóstico” de Balfour: “Os alemães souberam por vezes criar o poderio e jamais souberam usar dêle”. Poderia agora acrescentar talvez como o novo fracasso alemão a perda da guerra de 39 depois do desastre aliado de Dunquerque, momento em que era viável a invasão da Inglaterra e sua derrota fatal como confessa o próprio Churchill.

Com a palavra novamente Maurras:

“Essa última palavra (de Balfour) pode servir para mar-

car o como aceitando tudo quanto diz Latapie, acolhendo tôdas as justas e duras críticas enunciadas por êle conta a maneira alemã de governar, tiramos delas conseqüências diferentes das dêle”.

“Não distingue êle o instrumento político, as instituições, o regimen, do uso que dos mesmos se faz. Não vê senão êstes dois elementos mui distintos: duma parte, certo sistema monárquico, chamado por êle absoluto (termo mal definido e pouquíssimo exacto para Alemanha mesma), sistema que é curiosa mistura de monarquia e oligarquia variadíssima, de unitarismo e federalismo, de sufrágio universal e de sistema censitário, no qual se há-de reconhecer a solidez dos materiais tomados a um antigo passado e o gênio (no sentido de realidade) de Bismarck; doutra parte o caráter nacional, a figura histórica e geográfica das raças ocupadas em manejar êsse regimen, utilizá-lo, imprimir-lhe um direcção viva e útil. Ora, sôbre êste derradeiro ponto, seja qual fôr a perfeição da máquina, é o valor dos condutores que decidirá. E, num sentido, as catástrofes serão até tanto mais de temer quanto, sendo mais aperfeiçoado o mecanismo constitucional, poderá haver contraste mais forte entre essa perfeição e a imperfeição dos dirigentes. Quanto mais poderio o aparelho lhes puser à disposição, tanto mais terão necessidade de vistas exactas, juízo rápido e seguro, lance penetrante do olhar, espírito maleável e atrevido...”

“Um govêrno superior se arrisca, portanto, a levar a vertigem e a ruína ao povo inferior. Assim como o nosso regimen está infinitamente abaixo do valor da França, o govêrno alemão passa infinitamente o nível das faculdades da Alemanha... indigna da sua instituição unitária e monárquica, como indignas são da França as nossas instituições democráticas e separatistas, será a Alemanha certamente obrigada a voltar à sua

primitiva existência, quase inocente e ao certo inofensiva, de associação celular de pequenos Estados, unidos pela comunidade de língua e (para maior bem dêles) divididos quanto a tudo mais”.

2.3 Fidelidade às velhas ideias

Assim pensou Maurras. Manteve-se sempre na mesma atitude em face da Alemanha, inclusive durante o governo de Vichy cuja reabilitação vai surgindo na França. Fez vitoriosamente a sua própria defesa e acusou os seus acusadores na magnífica peça que foi a “Déclaration de Charles Maurras à la Cour de Justice du Rhône”. Condenaram-no injustamente os democráticos, lembrados dos maus momentos que haviam antes passado, ferreteados pela lógica do destemido lutador e sua tropa. Da sobrançeria com que afrontou a ocasional “justiça” dos criminosos no poder são atestado estas afirmações:

“Tenho que dizer-vos, senhor promotor da República, que a violência não está nas minhas palavras, como parece; está sim na situação. A violência consiste no facto de ocupardes o lugar que ocupais, sendo a mim que êsse lugar corresponde”.

* * *

Perpassamos assim, citando textos mais de perto condicentes com o motivo central do nosso interesse, o pensamento maurrasiano sobre descentralização, centralização, organização e desorganização, ordem e desordem, disciplina e indisciplina nas nações, resultados opostos e correspondentes respectivamente à monarquia hereditária e orgânica ou à república democrática e liberal individualista.

“Para disfarçar a inércia mecânico-democrática da administração, vai-se acusar a carne ou a cabeça francesa do mau

*arranjo das suas forças e dos seus recursos; Barrès está melhor situado que nós para ver e fazer ver que **TODO O MAL PROVÉM DA ABSURDA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA CARACTERIZADA PELOS DOIS TERMOS DA SUA ANTIGA E TÃO JUSTA DEFINIÇÃO: DISSOCIADA, DESCEREBRADA***".

E — como no Brasil o vício é igual de atribuir ao brasileiro, a deficiências da mente brasileira, o estado caótico da vida nacional, poupando assim o regime lunático, burrificador e desmoralizador que nos impuseram criminosamente em 1889, — aí fica a lição de grande mestre estrangeiro, não para copiarmos, como fazem os mediócras (e o fizeram em 1891), as suas soluções (pois a nossa Pátria já tem a sua Doutrina nacionalista, monárquico-hereditária orgânica, chamada Patrianovismo!), mas para aprendermos a amar o que é nosso, a nossa Tradição, lutar por ela e resistir à onda de estupidez que nos quer imergir cada vez mais no charco de todas as misérias.

GLÓRIA À SANTÍSSIMA TRINDADE!

APÊNDICE – PROGRAMA PATRIANOVISTA DE 1928

I. CREDO. — Respeito às prerrogativas essenciais da Religião da Nação Brasileira.

Com efeito, o Estado ateu, irreligioso, arreligioso ou agnóstico não tem padrão seguro para aquilatar os valores morais, para julgar sob o critério do justo e o injusto, do bem e do mal, desprezando, por conseguinte a Lei de Deus (que ninguém pode ignorar como se não existisse), o que se não compadece com uma **NAÇÃO** que nasceu **CATÓLICA** e **MONÁRQUICA** à sombra da Cruz de Cristo e do Real Estandarte da Ordem de Cristo. Por desconhecer-lo é que a república tem sido (ainda abstraindo-se do caráter antinacional da mesma) a fonte copiosa de todas as imoralidades públicas e privadas.

II. MONARQUIA. — Imperador responsável que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros. Base **MUNICIPAL SINDICALISTA** (corporativa) da organização do Estado Imperial (orgânico). Direitos majestáticos da Dinastia Nacional, aclamada pela Nação no fundador político da Pátria Imperial Brasileira, Dom Pedro I, e agora representada pelo sr. Dom Pedro III, isto é Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, descendente dos Reis e Imperadores que, juntamente com aqueles dignos homens de que somos também descendentes — os nossos bons Avós estadistas, fazendeiros, lavradores, trabalhadores, industriais, cabos de guerra, soldados, mercadores, marinheiros —

fizeram a grandeza antiga, a felicidade e o prestígio do Brasil.

(Explicação necessária — **PROCURADORES DO POVO**. Serão representantes do povo e auxiliares do Imperador, nos Conselhos e nas Câmaras, os verdadeiros procuradores das classes produtoras e intelectuais (operários, técnicos, patrões, representantes da Cultura), o que evita a exploração demagógica individualista dos politiqueiros irresponsáveis, inimigos do bem comum da multidão, fomentadores de desordens, dilapidadores da fortuna, perturbadores da paz e prosperidade pública, amiúde agentes do interesse estrangeiro.

Muitas Sociedades, Associações, Ordens, Institutos, Sindicatos, **FUTUROS BRAÇOS DESSA LEGÍTIMA REPRESENTAÇÃO “ORGÂNICA”**, já existem naturalmente (máxime desde 1931). Isso sem nos referimos às eternas instituições, Igreja e Milícia. A quem alegar ignorantemente ser isso “fascismo”, convidamo-lo a estudar história, sociologia e política; replicamos-lhe, demais a mais, que pomos o Brasil acima dos chavões criados pela conspiração internacional dos traidores das pátrias. — **ESTADO ORGÂNICO, REPRESENTAÇÃO PELA FAMÍLIA E O TRABALHO**. Por meio das **CORPORAÇÕES** sociais-econômicas e culturais (clero, magistério, forças armadas, artes liberais e mecânicas, agricultura, indústria, comércio, transportes, jornalismo, radialismo, etc.), autônomas dentro da Orgânica Imperial, portanto não fascistas, estatistas ou socialistas – garantir-se-á todo o bem familiar, social, econômico e cultural da Nação, dos produtores, tendo os Chefes de família a sua benéfica influência e representação nos conselhos Municipais, pois eles, os Chefes de família, são imagem do **IMPERADOR** que é chefe da Família Dinástica, hierarquicamente a primeira família brasileira.

Isso tudo impede a formação criminoso do capitalismo ladrão, de “trusts” e camorras agrícolas, comerciais e industriais,

que saqueiam o Povo Brasileiro e lhe dificultam a vida; reprime a voracidade dos fisco conta a **PRODUÇÃO NACIONAL**, bem como proscree os conluícos politiqueiros manejadores do voto individualista (que nada representa), os quais arditamente exploram o povo em nome do povo ou em nome do que chamam de democracia (termo equívoco) para melhor engambelarem os incautos contentáveis com “palavras bonitas” a prazos certos — vésperas de eleições).

III. PÁTRIA E RAÇA. — Afirmação da Pátria Imperial Brasileira; sua valorização espiritual (religiosa, intelectual e moral), física e econômica. Proteção e defesa da Família contra os males modernos. Afirmação da Raça em todos os seus elementos tradicionais e novos-integrados (filhos de estrangeiros). Solução séria e definitiva do problema negro-índio-sertanejo e de todos os marginais. Formação e valorização física, intelectual e religioso-moral nacionalista da Raça. Resolução dos problemas de migração, imigração e colonização. Definição da situação do estrangeiro no Império. Reação contra todas as formas do Imperialismo estrangeiro no Brasil.

IV. NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA — CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. CAPITAL NO CENTRO DO IMPÉRIO. — Divisão do País em províncias menores puramente administrativas. Educação conta o mau espírito regionalista e a favor do Município, célula do Estado Imperial. Fundamentação em base sólida da Unidade Nacional sem prejuízo das legítimas liberdades provinciais, e, sobretudo, da Autonomia dos Municípios, células políticas do Estado Imperial, garantindo-lhes uma vida local forte e livre em união estreita política e orgânica com o Centro (CORTE), colocado realmente no centro geoeconômico do Império. Aí se concentrará toda nossa vida nacional orgânica e política, econômica e militar, defensiva e ofensiva com irradiação para a periferia, por

um sistema de circulação rápida e eficiente (rodovias, ferrovias, rios, canais, aerovias).

O Brasil é uma **UNIDADE** e não uma soma de “unidades federativas” como os Estados Unidos. Cumpre, portanto, continuar o processo histórico de cissiparidade territorial do Império, criando novas províncias (aspiração aliás de muitas regiões do País, obstada pelos preconceitos e princípios falsos e antinacionais estrangeiristas republicanos), segundo um justo e proveitoso critério geopolítico, econômico e administrativo, para maior bem do Trabalho nacional e expansão demográfica. Nisto como em tudo, é a nossa História e não a dos outros povos que principalmente nos deve ensinar.

V. EDUCAÇÃO, DEFESA NACIONAL E POLÍCIA. — Disciplina espiritual como base de todas as outras. Cultura filosófica cristã segundo os princípios do Estado Imperial Orgânico. Como princípio, o Estado Imperial terá no ensino mera função supletiva e fiscalizadora da idoneidade da educação ministrada pelos particulares (indivíduos, famílias ou institutos). — Elevação do nível cultural total das forças militares. Nobilitação (Reação contra os desmoralizadores prêmios “mone-tários” ao mérito). Serviço militar obrigatório condicionado aos outros interesses nacionais. — Promoção das indústrias básicas metalúrgicas e siderúrgicas (Agora também desenvolvimento das atômicas). Previsão de indústrias mobilizáveis para a guerra. Planejamento de mobilização e defesa da frente interna. Eficiência técnica. — Desenvolvimento dos quadros do oficialato para enquadramento mobilizatório eficaz e rápido. Previsão da produção no tempo de beligerância. — Reaparelhamento da Armada à altura da vocação e missão nacional do Brasil. — Idem da Aeronáutica. — Polícia Militar nacionalizada e apropriada aos seus fins. — Reestabelecimento da Polícia Municipal com o caráter de auxiliar.

VI. JUSTIÇA. — Reposição da justiça nos princípios cristãos e rigor na sua observância. Unidade de Justiça e de Processo. Assistência

Jurídica. Elevação do nível moral da magistratura. Novo sistema penitenciário e prisional. Nobilitação.

VII. POLÍTICA INTERNACIONAL. ENTENDIMENTO ESPECIAL LUSÍADA (BRASIL-PORTUGAL). INTEGRAÇÃO DO MUNDO HISPÂNICO. — Realizados os itens anteriores, já se terão firmado perfeitamente a paz e prosperidade internas do Império. Cumprirá, todavia, no plano internacional, voltar à nossa antiga alta posição diplomática e de prestígio mundial. Estabelecer uma política internacional altiva e cristã. Há dê-se começar por um sistema de alianças fundamentais baseadas em nossas tradições “de família” lusitana ou LUSÍADA (Política Atlântica) e, mais extensamente, hispânicas e neo-hispânicas (sem desprezo dos compromissos legítimos e tradicionais já existentes), o que contribuirá para a paz internacional e o bem da Cristandade restaurada, pondo-nos em situação de baluarte poderoso de defesa do Ocidente cristão é católico. Seremos então um aliado respeitável porque forte.

Como no Brasil o vezo é igual de atribuir ao brasileiro, a deficiências da mente brasileira, o estado caótico da vida nacional, poupando assim o regime lunático, burrificador e desmoralizador que nos impuseram criminosamente em 1889, — aí fica a lição de grande mestre estrangeiro, não para copiarmos, como fazem os medíocres, as suas soluções, pois a nossa Pátria já tem a sua Doutrina nacionalista, monárquico-hereditária orgânica, chamada Patrianovismo! Mas para aprendermos a amar o que é nosso, a nossa Tradição, lutar por ela e resistir à onda de estupidez que nos quer imergir cada vez mais no charco de todas as misérias.

